



## **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA RODA DE CONVERSA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CASTAINHO**

Thalita Analyane Bezerra de Albuquerque<sup>1</sup>

*thalita.analyane@upe.br*

Ingrid Jessiane Vieira Lima<sup>1</sup>

*ingrid.vieira@upe.br*

Suely Emilia de Barros Santos<sup>1</sup>

*suely.emilia@upe.br*

Wanderlúcia Faustino Miranda<sup>2</sup>

*luciamiranda788@hotmail.com*

<sup>1</sup> Universidade de Pernambuco - UPE

<sup>2</sup> Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Quilombo

### **INTRODUÇÃO**

Este relato reflete a experiência de facilitação de uma roda de conversa sobre violência contra a mulher negra, realizada na comunidade quilombola de Castainho, utilizando uma metodologia baseada na Educação Popular em Saúde, conforme os princípios de Paulo Freire. A atividade, que contou com a participação de 17 mulheres, foi promovida a convite do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS - Quilombo), pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O objetivo principal foi criar um espaço seguro e acolhedor onde as participantes pudessem compartilhar suas vivências.

A escolha pela metodologia da Educação Popular em Saúde se justifica pela necessidade de promover um espaço dialógico e emancipador, que reconheça e valorize os saberes das mulheres quilombolas. Neste contexto, a roda de conversa não se limitou a ser um espaço de denúncia ou desabafo, mas também se configurou como um momento de construção coletiva de estratégias de resistência e apoio mútuo, ancorado na solidariedade (Freire, 1987).

A realidade das mulheres negras quilombolas é marcada por uma sobreposição de opressões relacionadas ao gênero e à raça, conforme discutido por autoras como Hooks (2019) e Carneiro (2005). Esse contexto torna a discussão sobre violência ainda mais urgente e complexa, uma vez que as mulheres enfrentam não apenas a violência doméstica, mas também formas de discriminação racial e violência institucional ao se deslocarem para fora do quilombo.

Essas violências interseccionais, que se manifestam tanto no ambiente privado quanto no público, evidenciam a necessidade de um debate aprofundado e sensível às especificidades das mulheres negras quilombolas, que muitas vezes ficam à margem das políticas públicas e das discussões mais amplas sobre violência de gênero.

### **MATERIAIS E MÉTODOS**

A metodologia utilizada para a roda de conversa foi fundamentada na Educação Popular, inspirada nas ideias de Paulo Freire (1987), que enfatiza a importância do diálogo horizontal, onde todos os participantes são agentes de sua própria aprendizagem ao compartilhar as suas narrativas e promover a dialogicidade de saberes. Freire (1987) defende que o conhecimento não deve ser imposto de cima para baixo, mas construído coletivamente a partir das vivências e saberes de todos os envolvidos. Neste contexto, as mulheres de Castainho puderam se expressar espontaneamente, compartilhando suas experiências e construindo juntas uma compreensão sobre a violência que enfrentam cotidianamente.

A roda de conversa foi iniciada com uma apresentação, visando criar um ambiente de confiança e proximidade entre as participantes. Após a apresentação, foi perguntado às mulheres o que elas entendiam por violência, permitindo que cada uma compartilhasse suas perspectivas e experiências. A partir das falas das participantes, o diálogo foi sendo construído coletivamente, com complementações



e elucidação de dúvidas sobre os vários tipos de violência que existem, incluindo a violência física, psicológica, sexual, institucional e estrutural.

Após a discussão sobre os tipos de violência, foi exibido o documentário “Mais Porque Ela Não Denuncia?”, de Mikaella Pedrosa (2018), que apresentou relatos de mulheres que sofreram violência e abordou a Lei Maria da Penha.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O documentário destacou a importância da Lei nº 11.340/2006, como um mecanismo para proteger as mulheres e romper o ciclo de violência doméstica (Brasil, 2006). No documentário, especialistas reforçam que as mulheres não estão sozinhas e que existem recursos legais e sociais para ajudá-las a superar a violência. A explicação sobre o ciclo de violência, que envolve fases de tensão, agressão e reconciliação, ajudou as participantes a reconhecerem padrões de comportamento abusivo e a considerar a importância de buscar ajuda para romper com esses ciclos (Machado, 2017).

Durante a exibição do documentário, as mulheres foram incentivadas a refletir sobre suas próprias situações e a considerar as opções legais e sociais disponíveis. Esse momento foi particularmente poderoso, pois não só trouxe visibilidade à questão da violência, mas também ofereceu um espaço de esperança e encorajamento para a busca de mudanças. Collins (2019) destaca a importância de redes de solidariedade e suporte como estratégias essenciais para o enfrentamento das mulheres em contextos de opressão. O documentário e a discussão subsequente ofereceram às participantes, informações importantes para lidar com a violência.

Além dos relatos sobre violência doméstica, as mulheres também compartilharam experiências de discriminação racial e violência ao acessarem serviços e ao transitarem em espaços externos ao quilombo. Elas relataram como são frequentemente tratadas com desrespeito e preconceito, enfrentando barreiras para acessar direitos básicos e serviços essenciais. Esses relatos reafirmam a ideia de que a violência contra a mulher negra quilombola é multifacetada, envolvendo tanto agressões diretas quanto formas sutis e insidiosas de discriminação.

A metodologia da Educação Popular em Saúde foi fundamental para o espaço da roda de conversa fluir e circular saberes, posto que permite a construção de conhecimento horizontal à medida que democratiza o acesso a políticas públicas. Desse modo, promove-se a insurgência de novos atores sociais. Esse enfoque permitiu que as mulheres se apropriassem do espaço e da temática proposta, partindo de suas próprias vivências para construir coletivamente conhecimento e estratégias de resistência. Evaristo (2014), com a ideia de escrevivência, também contribui para entender o poder da partilha de histórias como ato de resistência e transformação social. Na roda de conversa, ao compartilhar suas vivências, as mulheres de Castainho exercitam uma forma de escrevivência oral, ressignificando suas experiências de dor e resistência em narrativas que fortalecem a coletividade.

Adicionalmente, as reflexões de Lélia Gonzalez sobre o impacto do racismo e sexismo na cultura brasileira foram centrais para entender as múltiplas dimensões das violências sofridas. Gonzalez (1988) enfatiza como as mulheres negras são duplamente marginalizadas, o que ressoa nas falas das participantes que relataram a discriminação vivida tanto dentro quanto fora do quilombo. Lorde (1984) também fornece um arcabouço teórico importante para pensar o enfrentamento da violência através da construção de comunidades de suporte e resistência. Sua ênfase na interseccionalidade e na importância de nomear as opressões como um primeiro passo para combatê-las ecoa na dinâmica da roda de conversa, onde as mulheres nomearam e compartilharam suas dores, criando juntas um caminho para a cura e a ação coletiva.

O impacto positivo da atividade foi evidente, com as participantes expressando um maior senso de união e resistência. No entanto, a roda de conversa também revelou desafios, como a necessidade de uma maior articulação entre a comunidade e as redes externas de apoio, para que as mulheres possam acessar serviços de proteção e justiça de maneira mais eficaz. A continuidade deste trabalho é essencial para garantir que as discussões iniciadas possam evoluir para ações concretas de enfrentamento à violência.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse espaço em roda com a comunidade quilombola de Castainho demonstrou a importância de reconhecer e enfrentar as diversas formas de violência que atingem as mulheres negras quilombolas. A partir dessa vivência, percebe-se a urgência em continuar promovendo espaços de diálogo e acolhimento, onde as mulheres quilombolas possam construir coletivamente formas de lutar e se fortalecer em seus territórios. Para isso é fundamental considerar as suas identidades individuais e os laços comunitários para romper com as violências sofridas e ampliar esse debate, ao passo que compreender a garantia de direitos fundamentais a partir de políticas públicas é imprescindível.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência de Gênero. Educação Popular. Interseccionalidade. Comunidade Quilombola.

## Referências

- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Dispõe sobre a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.
- CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamile Borges Andrade. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EVARISTO, C. **Olhos d'água.** São Paulo: Pallas, 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. (Org.). **Movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1988.
- HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Tradução de Lúcia Brito. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- LORDE, A. **Irmã outsider:** Ensaios e discursos. Trumansburg, NY: Crossing Press, 1984. 190 p. ISBN 0895941422.
- MACHADO, E. **O ciclo da violência:** como romper com padrões abusivos. São Paulo: Editora Mulheres, 2017.
- PEDROSA, M. **Mais Porque Ela Não Denuncia?** [Filme]. Produzido por Mikaella, 2018.